

Ecologia deve levar desenvolvimento à região amazônica

por Carlo Iberê de Freitas de Manaus

Ao som do rio Negro e da riquíssima fauna amazônica (as moto-serras não são ouvidas na cidade de Manaus), o Seminário Internacional de Turismo Amazônico discutiu, ontem, no seu segundo dia, as reais perspectivas e oportunidades de novos negócios para os produtos turísticos dos países que formam a Amazônia Legal.

Conforme o estudo, "A Demanda Turística para a Região Amazônica", desenvolvido pelo Departamento de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Organização dos Estados Americanos (OEA), "o turismo orientado para a natureza é o segmento mais dinâmico do turismo internacional. O número de viagens motivadas por problemas ecológicos está crescendo a um ritmo acelerado que sobrepassa em muito o de viagens turísticas convencionais".

Apta pela própria natureza, a Amazônia Legal, particularmente o Estado do Amazonas, quer fazer do "turismo ecológico" o ponto de apoio à obtenção de divisas e de desenvolvimento econômico, invertendo, no geral, os atuais desembolsos de moeda forte para o pagamento de suas dívidas externas, como assinala o estudo da OEA. No caso específico do Amazonas e Manaus, deve ser acrescentada a isso a desaceleração do protecionismo à Zona Franca de Manaus (ver página 12) com a política de liberação

de importações do governo. Junto com o seminário, os organizadores estão promovendo uma exposição de projetos de "turismo ecológico". Entre os 40 expositores, 35 são empreendedores que já iniciaram a construção de hotéis no meio do mato e estão à procura de sócios para continuar os seus investimentos. Os demais oferecem negócios complementares como a venda de loteamentos, transporte e mão-de-obra.

O caso do "Green Paradise", um "hotel ecológico" especial, cujo objetivo é oferecer aos turistas a aventura de viver na selva, o mais próximo possível do dia-a-dia dos caboclos, ilustra os demais. Alf Jezini, por exemplo, iniciou a construção do hotel, mas procura um sócio disposto a investir US\$ 1,35 milhão na sua conclusão. "Falta parceria para investimentos conjuntos", diz sua filha, Enilda.

Para tentar ajudá-los, a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) está organizando uma espécie de "bolsa de negócios turísticos". Depois de catalogar todas as oportunidades — Ronaldo do Monte Rosa, presidente da Embratur, quer fazer isso com todas as regiões do País — os organizadores saem em busca dos interessados. Entre os dias 27 e 30 de novembro, Rosa participará de uma exposição internacional, em Londres.

O presidente da Embratur acredita que durante o governo do presidente Collor, seu amigo de infância, a participação do setor tu-

rismo pode passar de 1,5 para 3,4% do PIB. Com isso, o Brasil estaria recebendo até 1994 cerca de 4 milhões de turistas por ano, obtendo uma receita de aproximadamente US\$ 6 bilhões anuais.

A OEA estima que o turismo amazônico pode crescer a um ritmo entre 12 e 20% ao ano nos próximos cinco anos, para logo se estabilizar em crescimentos anuais entre 9 e 15%. No período 1985-89, a OEA constatou um incremento de 10,54% no fluxo de turistas internacionais para os países da região amazônica. A Organização estima, "com otimismo", que a Amazônia Legal — Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana e Suriname — até 1995 estará recebendo 318 mil turistas — em 1988 foram registrados oficialmente 122,9 mil chegadas.

Por falta de estatísticas detalhadas, a OEA não conseguiu precisar a participação do Brasil no total. A Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Amazonas e a Empresa Amazonense de Turismo, porém, mostram que, em 1989, 59.350 hóspedes estrangeiros foram registrados nos seus estabelecimentos de hospedagem classificados. Em 1988, esse total ficou em 59.283 registros. Neste ano, até outubro, já estão registrados 35,9 mil. Entre brasileiros e estrangeiros, 242,9 mil hospedagens foram registradas em Manaus no ano passado. Neste ano, até outubro, 154,5 mil. Em 1988, foram 198,3 mil.

Hotéis põem em risco a preservação do ambiente

por Carlos Iberê de Freitas de Manaus

Ecológico, mas não tanto. A Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estão preocupados com o desenvolvimento desordenado dos "hotéis ecológicos" em plena selva amazônica, embora o "turismo ecológico" seja mundialmente aceito como mais um fator de preservação ambiental.

Numa tentativa de evitar que o "boom" desses hotéis venha a comprometer o trabalho de exploração turístico-econômica ordenado na Amazônia, os dois órgãos federais assinarão um convênio para criar uma espécie de "código" de normas para a exploração dos recursos naturais.

"O turismo ecológico cria a consciência preservacionista. Só é predatório quando não é planejado", observa o presidente da Embratur, Ronaldo do Monte Rosa. Partindo do Código Florestal, as normas pretendem indicar e orientar os novos investimentos dentro dos parâmetros legais hoje existentes, mas também mostrar como a exploração deve ser feita e onde pode se localizar.

"Inicialmente vamos identificar nossas áreas controladas (unidades de conservação) e autorizar investimentos dentro delas", diz Cleber Ramos Alves, técnico do Ibama e membro do grupo de trabalho turismo ecológico. Permitindo a exploração ordenada das suas próprias áreas, o Ibama esfará tam-

bém criando uma nova fonte de recursos.

"A regulamentação é importante, porque não é qualquer rio, praia ou floresta que se enquadra na filosofia do turismo ecológico. Nós temos recebido vários projetos que estão fora dos padrões, mas fica difícil explicar para os interessados, uma vez que não existe a definição no papel", explica Ramos Alves.

Em Manaus, atualmente, 10 hotéis "ecológicos" estão classificados na Empresa Amazonense de Turismo (Emantur), mas outros 35 projetos estão em andamento, conforme mostra a exposição que se realiza durante o primeiro seminário internacional de turismo amazônico. Angelo Lima Francisco, funcioná-

rio do Ibama em Manaus, é responsável pela estação ecológica de Anavilhanas, acredita que os alojamentos de selva chegam a 15.

"Embora sejam bem intencionados, às vezes eles cometem excessos", diz Francisco. Os principais problemas identificados pelo Ibama são os minizoos que a maioria dos hotéis mantêm; alguns turistas não resistem e acabam caçando alguns animais selvagens e à própria utilização das unidades de conservação federal sem o pagamento de nenhum imposto, assinala.

Para fiscalizar 1,567 milhão de quilômetros quadrados de florestas, o Ibama do Estado do Amazonas conta com apenas 42 fiscais, sendo que 18 deles ficam em Manaus.